

CARTAS PEDAGÓGICAS: ESCRITAS QUE EDUCAM, VOZES QUE TRANSFORMAM NA EDUCAÇÃO POPULAR

Jore Carlos Alves Batista ¹
Marilene Guimarães de Oliveira ²
Maurício Alves da Silva ³

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar o uso das cartas pedagógicas como metodologia na Educação Popular, destacando seu potencial emancipador e seu papel na construção de saberes significativos, especialmente em contextos da Educação de Jovens e Adultos (EJA). As cartas, enquanto instrumento dialógico e narrativo, permitem a articulação entre vivências, conhecimentos e afetos, favorecendo a escuta sensível e a valorização das vozes historicamente silenciadas. A partir de uma abordagem qualitativa, de caráter teórico-reflexivo, o estudo fundamenta-se, em autores como Paulo Freire (1996), Brandão (2002) e Arroyo (2006) que defendem práticas educativas voltadas à autonomia, à consciência crítica e ao respeito à cultura popular. Discute-se como a escrita de cartas pedagógicas se configura não apenas como técnica didático-pedagógica, mas como prática política de resistência e afirmação de identidades. Evidencia-se que essa metodologia contribui para o fortalecimento do vínculo entre educadores, promove o protagonismo dos sujeitos e rompe com a lógica bancária da educação, propondo uma relação horizontal e humanizadora. No campo da EJA, onde prevalecem trajetórias interrompidas e desafios de exclusão histórica, as cartas pedagógicas emergem como uma alternativa potente para fomentar a aprendizagem significativa e contextualizada. Portanto, a incorporação dessa prática pode transformar o ambiente educativo em um espaço de partilha, escuta e construção coletiva do saber, reafirmando o papel da educação como prática de liberdade.

Palavras-chave: Cartas Pedagógicas, Educação de Jovens e Adultos, Prática emancipadora, Paulo Freire.

INTRODUÇÃO

A escrita, em sua dimensão mais profunda, é um ato político e existencial. Na educação popular, inspirada na pedagogia de Paulo Freire que afirma, escrever é um gesto de leitura do mundo e de transformação da realidade. As cartas pedagógicas surgem, neste

¹ Especialista da EJA e professor PROEB – Secretaria da Educação do estado do Tocantins – SEDUC, jorecarlosab@gmail.com;

² Mestranda do Programa Pós-Graduação em Letras – PPGL da Universidade Federal do Tocantins - UFT, marilene.oliveira@uft.edu.com.br.

³ Doutor professor pelo Curso de Geografia pela Universidade Federal do Tocantins -UFT, mauricio.silva@mail.uft.edu.br.



contexto, como uma metodologia que transcende o texto técnico e assume a função de diálogo, de encontro entre saberes, experiências e afetos. Dessa forma, este artigo discute o uso das cartas pedagógicas como ferramenta formativa e emancipadora, compreendendo-as como prática discursiva que resgata a escuta sensível e o valor das trajetórias pessoais no processo de ensino e aprendizagem.

O interesse por esta temática decorre da constatação de que a educação de Jovens e adultos-EJA, ainda enfrenta desafios históricos relacionados à exclusão, à descontinuidade dos estudos e à invisibilização de saberes populares. Nesse sentido, as cartas pedagógicas surgem como ato de resistência e produção de sentido, aproximando educadores e educandos em um exercício de reflexão coletiva.

O artigo tem como objetivo analisar o uso das cartas pedagógicas como metodologia na educação popular, destacando sua contribuição para a construção de saberes significativos e para o fortalecimento das relações humanizadoras no ambiente educativo.

A pesquisa assume uma abordagem qualitativa, com base em revisão teórica e reflexão crítica, apoiando-se em autores que dialogam com o pensamento freireano, como Brandão (2002), Arroyo (2006) e Gadotti (2000). A análise da referida metodologia como instrumento formativo não busca oferecer um modelo fechado, mas compreender o potencial transformador da escrita dialógica na constituição de sujeitos conscientes e autônomos.

Vale ressaltar que a educação popular, inspirada nos princípios de Paulo Freire, propõe uma prática educativa voltada à emancipação humana e à transformação social. Diferente de um modelo bancário de ensino que deposita conhecimentos prontos no educando, essa concepção parte do diálogo, da escuta e da valorização dos saberes populares. Nesse sentido, a aprendizagem ocorre de forma coletiva, crítica e participativa, permitindo que os sujeitos compreendam sua realidade e atuem na construção de uma sociedade mais justa e solidária. Conforme afirma Freire:

Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo. A educação, enquanto prática de liberdade, nega o ato de depositar conhecimentos prontos e acabados, porque reconhece que ensinar e aprender são movimentos inseparáveis da vida humana. O homem não é um ser isolado, mas um ser de relações, que se forma e transforma no encontro com o outro e com a realidade. Assim, educar é um ato de troca, de diálogo e de escuta, em que cada sujeito participa ativamente da construção do saber. É nesse movimento de comunicação e problematização do mundo que o ser humano se torna mais consciente de sua existência, de sua história e de sua capacidade de intervir sobre ela. Educar, portanto, é um exercício de amor, de compromisso e de esperança, porque é no encontro



solidário com o outro que o homem se faz verdadeiramente humano.”
(FREIRE, 1987, p. 78)

Dessa forma, a essência da educação popular ao defender que o conhecimento nasce da interação entre pessoas e o mundo que as cerca. O processo educativo, portanto, é um ato de partilha e transformação mútua, no qual todos aprendem e ensinam em permanente diálogo. A educação, sob essa perspectiva, deixa de ser mera transmissão de saberes para se tornar uma prática libertadora, construída a partir das experiências vividas e dos sociais dos educandos.

Nessa perspectiva é fundamental reconhecer essa essência como prática dialógica, humanizadora e transformadora. Ao afirmar que os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo, o autor rompe com a concepção bancária de educação, na qual o educador deposita conhecimento. Para Freire, o verdadeiro processo educativo nasce da relação horizontal entre sujeitos que pensam e agem sobre a realidade de forma compartilhada.

Assim, o diálogo assume papel central, pois é por meio dele que ocorre a conscientização, ou seja, o processo pelo qual os sujeitos percebem criticamente a realidade para transformá-la. A educação popular, portanto, não é neutra, ela se compromete com os oprimidos, com as vozes silenciadas pela exclusão e pela desigualdade social. É nesse encontro entre saberes populares e saberes científicos que se constrói um conhecimento verdadeiramente significativo, capaz de promover autonomia, identidade e pertencimento.

Ao (re)pensar sobre os princípios freirianos, as cartas pedagógicas emergem como uma expressão contemporânea desse mesmo espírito educativo. Elas criam um espaço de diálogo, de escuta e de partilha, em que educadores e educandos trocam experiências e constroem sentidos sobre o mundo que habitam. Assim como nos círculos de cultura, o ato de escrever e ler cartas pedagógicas constitui uma prática de conscientização coletiva, pois permite que cada sujeito narre a sua própria história e (re)conheça sua voz como parte do processo educativo.

Desse modo, a concepção freireana expressa não é apenas teórica, mas fundamento ético e político da educação que liberta, uma educação construída com e entre os sujeitos, e nunca sobre eles. Trata-se de uma pedagogia que reconhece o ser humano como inacabado, em constante formação, que aprende no encontro, na palavra e na esperança.



METODOLOGIA

O presente estudo é de natureza qualitativa, com caráter teórico-reflexivo e interpretativo, fundamentado na perspectiva crítica da educação popular. Essa escolha metodológica decorre da compreensão de que os fenômenos educativos não se reduzem a dados empíricos mensuráveis, mas envolvem dimensões simbólicas, culturais e afetivas que se manifestam nas práticas e nas narrativas dos sujeitos. Assim, a pesquisa busca compreender o sentido das cartas pedagógicas enquanto práticas discursivas e políticas, situadas no contexto das experiências formativas de educadores e educandos da EJA.

Dessa maneira, a melhor opção foi seguir um caminho bibliográfico e analítico, que articula o pensamento freireano às práticas concretas desenvolvidas em contextos de educação popular. Foram examinadas as produções acadêmicas, relatórios de extensão, relatos de experiências e textos de cartas pedagógicas publicadas em anais de eventos nacionais e periódicos especializados, compreendendo um recorte temporal e temático voltado à valorização da escrita como mediação pedagógica. O movimento de leitura e análise foi guiado por categorias freireanas, como diálogo, consciência crítica, autonomia e praxis transformadora, que orientam o processo interpretativo em direção à compreensão da escrita epistolar como espaço de encontro entre individual e coletivo, singular e o social.

A metodologia adotada não se propôs à coleta de dados empíricos com participantes, mas priorizou o olhar hermenêutico sobre o material teórico e narrativo já existente. Dessa forma, preserva-se o caráter ético, reflexivo e respeitoso em relação às vozes que emergem das cartas, entendendo-as como produção vivas que expressam experiências, afetos e resistências.

O processo de análise seguiu uma dinâmica dialógica e interpretativa, em que os pesquisadores, mediados pela leitura crítica e pela escuta sensível, buscou compreender os sentidos produzidos nas práticas educativas que envolvem a escrita de cartas. Esse percurso interpretativo, inspirado na pedagogia freireana, entende o ato de pesquisar como uma forma de dialogar com o mundo, e não de dominá-lo, reafirmando a inseparabilidade entre o conhecimento científico e o compromisso ético-político com a emancipação humana.

Assim, o estudo configura-se como uma investigação compreensiva sobre a potência formativa das cartas pedagógicas, observando nelas o duplo valor, o simbólico, enquanto expressão da subjetividade e da memória dos sujeitos, e pedagógico-político,



enquanto prática de resistência e de construção de saberes coletivos. Essa abordagem qualitativa, portanto, não se limita à análise textual, mas procura desvendar o sentido existencial e educativo que surge da escrita como gesto de pertencimento, diálogo e transformação.

REFERENCIAL TEÓRICO

A escrita de cartas, enquanto gênero discursivo e prática social, tem longa tradição na história da humanidade como meio de comunicação íntima, afetiva e reflexiva. Muito além de uma simples troca de mensagens, a carta constitui-se como expressão simbólica de presença e diálogo escrita se torna veículo de afetos, pensamentos e saberes. No campo educacional, essa prática ganha novo significado quando ressignificada à luz das pedagogias libertadoras e dialógicas, particularmente no pensamento de Paulo Freire (1996).

Vale lembrar que Paulo Freire concebe a linguagem, oral ou escrita, como ato de criação e libertação. Para ele, a leitura do mundo precede a leitura da palavra, o que implica compreender que toda forma de expressão é também uma forma interpretar e transformar a realidade. A escrita, nesse contexto, não é neutra nem meramente técnica, ela é um ato político e existencial, capaz de revelar a forma como os sujeitos se percebem no mundo e com o mundo.

Assim a carta pedagógica, portando, assume um papel singular ao se constituir como um espaço dialógico entre o eu e o outro, onde o educador e o educando se encontram na palavra, trocando experiências, saberes e afetos. Esse movimento confere à escrita um caráter formativo e emancipador, pois nela o sujeito aprende não apenas a escrever, mas a reexistir por meio da palavra.

No horizonte freireano, o ato de escrever cartas pode ser compreendido como uma forma de práxis educativa, em que a reflexão e a ação se entrelaçam no exercício da escuta e da partilha. A carta, quando inserida em processos pedagógicos, torna-se uma ferramenta de conscientização, porque permite que os sujeitos se reconheçam como protagonistas de sua própria história. A escrita, nesse sentido, é um gesto de autonomia, um modo de nomear o mundo e de recriar a própria experiência a partir de uma perspectiva crítica e humanizadora.

Para complementar essa visão, Brandão (2002) amplia o entendimento sobre a educação popular como processo de construção coletiva de saberes. Para o autor educar



não é transmitir, mas compartilhar e reinventar o conhecimento a partir da vida. Assim, as cartas pedagógicas apresentam-se como narrativas da experiência vivida, nas quais a voz do sujeito comum, o trabalhador, a mulher, o jovem da EJA, ganha centralidade e legitimidade. Elas representam um ato de resistência simbólica, pois permitem que as histórias e memórias de sujeitos historicamente silenciados sejam escritas, lidas e valorizadas. O conhecimento produzido nesse contexto é relacional e comunitário, ou seja, nasce do encontro entre saberes cotidianos e saberes escolares, e devolve à comunidade o sentido de pertencimento.

Nessa mesma perspectiva, o autor, Arroyo (2006), destaca que as práticas educativas que se orientam pela educação popular devem reconhecer os educandos da EJA como sujeitos de direitos, cheios de culturas, saberes e trajetórias. A escrita de cartas pedagógicas se inserisse movimento como prática que rompe com o formato rígido da educação bancária, permitindo que o processo educativo seja construído a partir da escuta das experiências e não sobre elas. Ao convidar os educandos ao escreverem sobre si, suas lutas, sonhos e cotidianos, a carta se transforma em instrumento de humanização, promovendo autorreflexão e o reconhecimento do outro como legítimo interlocutor.

Essa metodologia aproxima-se da noção de círculos de cultura, propostos por Freire, nos quais o diálogo se torna o eixo da aprendizagem e o educador se coloca como mediador, e não como transmissor do saber. O espaço da carta pedagógica é, portanto, um círculo simbólico de cultura, onde o texto é construído coletivamente e se alimenta das múltiplas vozes que compõem a realidade educativa. Por meio da escrita, o sujeito da EJA passa a se perceber como autor de sua própria narrativa, reconfigurar a relação entre saber, identidade e poder.

Além disso, ao adotar a carta como recurso metodológico, a educação popular reafirma sua vocação política e humanizadora. Trata-se de reconhecimento da própria existência, um modo de dizer o mundo a partir de si, com palavras que educam, curam e transformam. A carta pedagógica, nesse contexto representa um território de resistência e de amorosidade, onde o educar se confunde com o cuidar e o aprender se faz em comunhão.

Assim, consolidando os aportes de Freire(1996), Brandão (2002) e Arroyo (2006), compreende-se que a escrita de cartas pedagógicas ultrapassa os limites da técnica e da didática, tornando-se prática política de emancipação e diálogo. Ela devolve à educação o seu caráter profundamente humano, afirmando que o aprender é um ato de encontro, de esperança e de transformação social.



RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise das experiências relatadas em projetos de educação popular revela que o uso das cartas pedagógicas fortalece o vínculo afetivo entre educadores e educandos, transformando a sala de aula em um espaço de escuta e reconhecimento, valoriza os saberes populares, legitimando as narrativas individuais como fonte de conhecimento, favorece o protagonismo dos sujeitos, que passam de receptores a produtores de sentido e promove a reflexão crítica, pois cada carta contém a memória viva de um processo educativo em transformação.

Em experiências de formação continuada de professores da EJA, observou-se que as cartas pedagógicas também reconfiguram o papel docente, deslocando-o do lugar de transmissor para o de mediador dialógico. Ao escrever e ler cartas, os professores tornam-se aprendizes de si mesmos e do outro.

Esses resultados indicam que a carta pedagógica não é apenas um recurso metodológico, mas um ato ético e político, em que o educador se compromete com a transformação social.

Portanto, o processo de escrita coletiva evidencia o potencial da carta como prática de resistência, pois nela se inscrevem vozes que historicamente foram silenciadas. A narrativa pessoal ganha valor epistemológico e contribui para a construção de uma pedagogia da presença, da partilha e da esperança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As cartas pedagógicas revelam-se como uma poderosa metodologia na educação popular e na EJA, pois articulam razão e emoção, teoria e prática, palavra e escuta. Elas possibilitam que o ato de escrever se torne um gesto de humanização, promovendo a reconstrução de identidades e fortalecimento do pertencimento coletivo.

Constata-se que, ao integrar a escrita de cartas nas práticas pedagógicas, os educadores criam condições para que os sujeitos reconheçam sua própria voz e compreendam o valor político de narrar suas trajetórias.

Assim, reafirma-se que a educação popular, inspirada em Freire, deve continuar sendo um espaço de libertação e diálogo, em que o conhecimento nasce do encontro entre experiências, sonhos e lutas.



Sugere-se que futuros pesquisadores explorem o uso das carts pedagógicas em outros contextos educativos, como forma de ampliar o debate sobre metodologias humanizadoras e tranformadoras.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. Ofício de mestre: imagem e autoimagens. 11. Ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

ARROYO, Miguel G. Educação de Jovens e Adultos: um campo de direitos e responsabilidade pública . In SOARES, Leôncio; GIOVANETTI, Maria Amélia; GOMES, Nilma Lino (Orgs.). Diálogos na educação de Jovens e Adultos. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 17-36.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é educação popular. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 2002.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A educação como cultura. 3. ed. Campinas: Papirus, 2007.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, Moacir. História das ideias pedagógicas 8. ed. São Paulo: Ática, 2000.

GADOTTI, Moacir. Pedagogia da práxis 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

